

**9ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA ASÁGUAS (gestão 2014/2016) – 12/12/2014**  
Local: Sede da ASÁGUAS

**Presentes:** Cristina, Fabiano, Ney e Wilde.

Advogados do escritório Aline e Roberto Associados: Marcelise Azevedo e Rodrigo Castro

**Ausentes:** Brandina, Gabriel (viagem), Gaetan, Luiz Henrique, Marcelo e Maurrem.

## **1. INFORMES**

- Fabiano solicitou que seja feito parecer pelo escritório sobre a questão referente a previdência militar quando há interrupção de vínculo para outro serviço público.

## **2. ESCRITÓRIO ALINO E ROBERTO**

Foi entregue pelos advogados um balanço das ações das ASÁGUAS em andamento (Anexo I). Em seguida foram discutidas as seguintes questões, referentes estudos solicitados pela Diretoria da ASÁGUAS sobre ações a serem impetradas:

### **a. Adicional de periculosidade/ Insalubridade**

Os advogados informaram que não existe legislação que discipline essa questão para o serviço público. Dessa forma, busca-se a aplicação da legislação para o setor privado. Entretanto, é necessário comprovar a questão, o que é bastante trabalhoso. Já existe ganhos para atividades do Inbra.

Os advogados sugeriram que a ASÁGUAS solicite um LTCAD (Laudo Técnico Ambiental) à ANA a fim de que possam avaliar as possibilidades/subsidiar o ingresso da ação.

### **b. QG (Pagamento dos meses de janeiro a abril de 2013)**

A ANA somente pagou a GQ a partir de maio de 2013 até dezembro de 2013, quando foi extinta por Acordo Coletivo. O Dec. 7922/2013 e a Res. 588/2013 regulamentam o assunto: A lei é clara sobre a questão, e manda pagar a partir de janeiro de 2013. O presidente da ANA já nos disse em reunião que não concorda com este entendimento. Já há posicionamento do MPOG no processo de que a decisão sobre a questão é da ANA. A orientação do escritório foi de que a ASÁGUAS solicite formalmente a posição oficial da ANA com um prazo de um mês para resposta para o ingresso da ação.

### **c. ISONOMIA**

Foi colocada a questão de que os gerentes técnicos da casa e os gerentes técnicos de fora da ANA receberam valores diferentes pelas funções.. Existe um parecer do MPOG e um parecer da PGE da ANA de que funções iguais devem ter isonomia.

Foi informado da necessidade de cuidado com o parecer do MPOG, solicitado pelo ex-diretor Paulo Vieira, que está sendo processado por encomendar pareceres. Por isto, na opinião de alguns, é necessário avaliar se esta ação deverá ser da ASÁGUAS ou de iniciativa dos gerentes.

O escritório de advocacia solicitou que se verificasse o andamento do processo e se solicitasse o processo para que pudesse ser utilizado para subsidiar a ação.

Além das questões acima foi discutido a repactuação do contrato com o escritório em novas bases. Como não se tinha cópia no momento do contrato em vigor ficou combinado que o escritório encaminharia o contrato em vigor em meio magnético para nós e a diretoria da ASÁGUAS verificaria a compatibilização dos dois contratos e providenciaria a assinatura com os novos valores a partir de janeiro.

Também foi discutido que os advogados se dispõem a fazer plantões organizados e divulgados pela ASÁGUAS. A ASÁGUAS fará um calendário, de comum acordo com os advogados para divulgação.